

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Um estudo sobre a implementação dos ODS de 1 ao 4 no Brasil

The 2030 Agenda for Sustainable Development: A study on the implementation of SDG from 1 to 4 in Brazil

Isabella Monteiro Valentim *

Luiane Magalhães Dias **

Rhanna Maria Santos Paixão ***

Resumo

Este artigo busca analisar quatro Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), cujos focos são: pobreza, fome, saúde e educação, no contexto brasileiro. Para tanto, foram selecionadas duas variáveis, a merenda escolar e a educação sobre a saúde, consideradas neste trabalho como pontos de conexão entre estes ODS. A partir da bibliografia estudada e da análise de dados estatísticos do governo brasileiro, conclui-se que o Brasil apresenta diversos programas públicos bem-sucedidos voltados para o cumprimento de tais Objetivos, juntamente a iniciativas positivas da sociedade civil organizada (principalmente no combate à fome). Contudo, o país também apresenta problemas graves internos e regionais que precisam ser sanados para que a Agenda 2030 seja cumprida.

Palavras-Chave: Pobreza. Fome. Saúde. Educação. Desenvolvimento.

Abstract

This article aims to analyze four Sustainable Development Goals (SDG) of the United Nations, whose focuses are: Poverty, hunger, health and education, in the Brazilian context. Therefore, two variables were selected, the school feeding and the health education, considered in this study as connecting points between these SDGs. Based on official texts, recent articles and data analysis, it was concluded that Brazil presents several successful public programs aimed at the fulfillment of these Goals, together with civil society positive initiatives (especially in the fight against hunger). However, the country also has serious internal and regional problems that need to be solved to achieve the 2030 Agenda.

Keywords: Poverty. Hunger. Health. Education. Development.

*Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Contato: isabella7296@gmail.com.

**Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Contato: luanemdias@gmail.com.

***Graduada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Contato: rhannamaria15@gmail.com.

Introdução

Foram instituídos no ano de 2015 os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, no âmbito das Nações Unidas (Figura 1). Esses objetivos representam as novas prioridades para se alcançar um desenvolvimento global de forma sustentável e inclusiva. Levando em consideração que a busca pelo desenvolvimento é um empenho que move o Brasil há muitas décadas, ao postular as prioridades essenciais à conquista do desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030 corresponde a um plano de ação muito importante para o cenário brasileiro (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2016, p.2).

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2015b.

Este trabalho foi realizado a partir de um recorte com foco nos quatro primeiros ODS, que dizem respeito à pobreza, à fome, à saúde e à educação, todos fundamentais para se alcançar os demais Objetivos da Agenda. O Brasil teve avanços consideráveis na maioria dessas áreas nas últimas décadas. Contudo, manter e ampliar esses avanços correspondem a desafios constantes e ensejam um esforço contínuo por parte do governo e do setor privado, tanto da sociedade civil organizada como das empresas, principalmente no atual cenário de baixo crescimento econômico e instabilidade política.

O presente trabalho é composto por três partes: A primeira apresenta o contexto de elaboração dos 17 ODS juntamente com al-

gumas considerações sobre a Agenda 2030, e a descrição dos quatro primeiros Objetivos. A segunda estabelece a interconexão entre os ODS de 1 a 4 com foco no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e na educação sobre a saúde. E a terceira e última parte descreve o desempenho brasileiro no combate à pobreza, à fome, e as melhorias nos setores da saúde e da educação.

Linha evolutiva dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão presentes no documento: “Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, e correspondem a um plano de ação extremamente ambicioso no que diz respeito ao desenvolvimento nas esferas social, econômica e ambiental (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2016, p.1).

Esta agenda representa o que há de mais evoluído no âmbito multilateral para a promoção do desenvolvimento amplo e conciliatório com a sustentabilidade do planeta. Sua conclusão se deu na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, e foi “reconhecida como orientadora da única política mundial de amplo alcance consensuada por todos os Estados-membros da ONU” (BUSS; GALVÃO, 2017, p.348).

A evolução desta Agenda pode ser marcada a partir dos fins do século XX, a destacar o ano de 1972 com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo. Nela, de modo ainda incipiente tentou-se conciliar a proteção ambiental às outras esferas de desenvolvimento, estabelecendo as bases para a agenda ambiental no Sistema das Nações Unidas. Nesse enfoque, a Assembleia Geral da ONU criou, em dezembro daquele mesmo ano, o “Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2018a).

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento⁴ das Nações Unidas produziu o relatório: “Nosso Futuro Comum”. Tal relatório foi inovador, pois reconheceu a sustentabilidade como uma necessidade fundamental para o desenvolvimento, como descrito no trecho a seguir:

4 Esta Comissão ficou conhecida também como Comissão Brundtland, em homenagem à sua presidente, a médica e primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland (BUSS; GALVÃO, 2017, p.349).

acreditando que o desenvolvimento sustentável, o que implica atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender às suas próprias necessidades, deve se tornar um princípio orientador central das Nações Unidas, governos e instituições privadas, organizações e empresas (ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1987).

Neste ambiente de esforço coletivo, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1991⁵, a qual ficou conhecida como “Cúpula da Terra” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2018b) ou Rio 92. O encontro adotou como documento final a “Agenda 21”, que simbolizou atenção aos principais problemas do mundo na época e a preparação do cenário global para as mudanças e desafios futuros. Sua implementação estava ancorada prioritariamente na ação dos governos, sendo a cooperação internacional, a participação pública e privada e de atores não governamentais, forças que deveriam colaborar para alcançar os seus resultados. Todos os Estados signatários da Agenda foram incumbidos de desenvolver e implementar uma “Agenda 21” nacional, e depois local.

O passo mais promissor se deu na virada do século XXI, com a Declaração do Milênio altamente altruísta e visionária de um mundo melhor para o novo século, a qual se baseou nas virtudes da liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade comum (UNITED NATIONS INFORMATION CENTRE, 2000, p.3-4). Posteriormente, foi criado o “Plano para um futuro melhor: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ODM) (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO NO BRASIL, 2018) (Figura 2), com forte colaboração de especialistas das agendas de desenvolvimento. Sendo representado por oito Objetivos concretos e mensuráveis e 22 metas para execução global. Os ODM colocaram a fome, a educação, a igualdade de gênero, a saúde e o meio ambiente como temas prioritários do novo século (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO NO BRASIL, 2018).

5 A escolha do Rio de Janeiro para sediar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento corresponde à uma decisão estratégica, pois o Brasil na época foi alvo de forte pressão internacional para a conservação da floresta amazônica.

Figura 2 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



Fonte: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO NO BRASIL, 2018.

Tal programa teve validade até 2015 e trouxe resultados mitigados. Por um lado, foi um esforço de criação de sinergias entre as diversas agências da ONU e seus Estados membros. Por outro, deixou questões centrais com tratamento superficial, principalmente no que concerne ao financiamento do desenvolvimento. No mesmo ano, se concluiu um longo período de debate multilateral que conduziu à adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Seguindo a mesma esquematização dos objetivos concretos dos ODM, e aperfeiçoando ainda mais o viés do desenvolvimento sustentável e da erradicação da fome, da pobreza e da desigualdade em vários sentidos, os ODS correspondem então ao aperfeiçoamento de tudo o que houve no âmbito das Nações Unidas a partir dos fins do século XX (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2016, p.1).

Vale ressaltar que o conceito de vida nos ODS recebe um entendimento mais amplo que nos ODM, não se restringindo apenas à vida humana, mas contemplando a biodiversidade e a abordagem ecossistêmica. Além disso, a Agenda 2030 tem foco em cinco elementos: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. As “Pessoas” são o principal alvo da agenda, sendo que acabar com a pobreza e a fome, garantir dignidade, igualdade e acesso a ambientes saudáveis, representam o grande objetivo do documento. No que diz respeito ao “Planeta”, a Agenda chama atenção para o consumo, produção, gestão sustentável dos recursos naturais e

combate à mudança climática. A “Prosperidade” corresponde ao progresso econômico, social e tecnológico em harmonia com a natureza. A “Paz”, por sua vez, corresponde à promoção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência. Por último, “Parcerias” corresponde à uma parceria global para o desenvolvimento sustentável no espírito de sociedade fortalecida, descrita no ODS 17 (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2016, p.1-2).

Os ODS de um a quatro, estudados neste trabalho, correspondem a: 1- “Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares”; 2- “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”; 3- “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”; e 4- “Assegurar a educação inclusiva, equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2016, p.15).

Interconexão entre os 4 primeiros ODS da Agenda 2030: foco na merenda escolar e na educação sobre saúde

A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, traz desafios audaciosos para o desenvolvimento global nos próximos 12 anos. Erradicar a pobreza extrema em todas as suas formas e em todos os lugares (ODS 1) continua a ser um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento da humanidade e mensurá-la não é uma tarefa trivial (VASCONCELOS, 2007). A pobreza de que trata o primeiro ODS está de acordo com a ideia de pobreza multidimensional, possuindo outros fatores além do poder monetário, como relatado por Sen (1999):

existem boas razões para que se veja a pobreza como uma privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda. A privação de capacidades elementares pode refletir-se em morte prematura, subnutrição significativa (especialmente de crianças), morbidez persistente, analfabetismo muito disseminado e outras deficiências (SEN, 1999. p.35).

A pobreza está relacionada a outros fatores como saúde, educação e planejamento ou urbanização, por isso entendemos que é necessário interconectar os ODS através de uma ação estratégica, para que haja um trabalho mais eficaz e resultados significativos

no cumprimento das metas da Agenda 2030. Assim, não é possível falar de pobreza sem falar em fome, as quais submetem os indivíduos atingidos a um ciclo de miséria difícil de ser rompido. A Declaração de Roma (1996) reafirma essa ideia quando menciona possíveis causas para a imprecisão no sistema de distribuição de alimentos e a consecutiva insegurança alimentar, dentre elas encontram-se: corrupção, terrorismo, conflitos, degradação do meio ambiente, mudanças climáticas, e a pobreza (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 1996). As populações mais vulneráveis ao problema da fome são: mulheres grávidas e em período de amamentação, populações pobres vivendo em países em desenvolvimento e crianças de até cinco anos (RIZZO, 2017).

Embora seja produzido no mundo alimento suficiente a todos os habitantes, o maior desafio relacionado à fome em 2018, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação⁶ é relativo ao desperdício e à má distribuição de alimentos. E no contexto mundial, mesmo com os progressos empreendidos nas últimas duas décadas, 870 milhões de pessoas ainda padecem de fome crônica. Estima-se que 171 milhões de crianças menores de cinco anos sofram de desnutrição crônica (redução do crescimento físico para a idade), quase 104 milhões tenham baixo peso para a idade, e 55 milhões sofram de desnutrição aguda (baixo peso para a estatura) (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2018).

Para Mota e Zanella (2017), um maior comprometimento político por parte dos Estados, desde a implementação dos ODM, tem evidenciado a indispensabilidade de resultados mais satisfatórios ao problema da desnutrição e da fome, sobretudo em países em desenvolvimento. O Brasil tem desenvolvido ações de políticas públicas, há várias décadas, com objetivos para aprimorar a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN⁷) dos cidadãos. Tais ações obtiveram novo estímulo em 2003, através do lançamento do Programa Fome Zero, um conjunto de políticas e pro-

6 Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO).

7 A Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitam a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (KEPPLE, 2014, p.16).

gramas que têm como alvo garantir o direito à alimentação às populações vulneráveis à fome, o qual foi ampliado no Plano Brasil Sem Miséria (lançado em 2011), considerado pela FAO uma das estratégias de maior reconhecimento na luta contra a fome. Foi desenvolvido pelo Governo Federal a fim de acabar com a pobreza extrema no Brasil e se trata de uma abordagem multidimensional, integrando setores e áreas (urbana e rural) distintos (CAISAN, 2012).

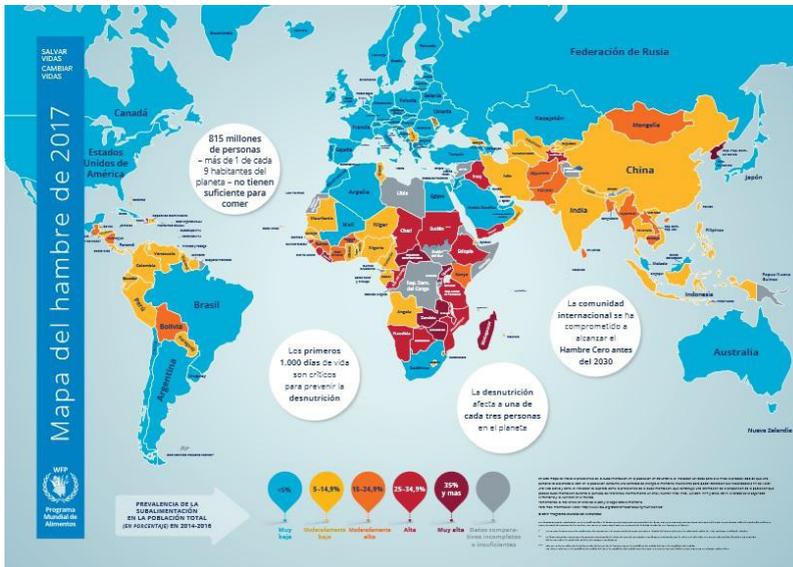
Com o bom desempenho nos programas de combate à fome e à pobreza, o Brasil obteve reconhecimento internacional, como evidenciado no acordo de cooperação entre o Brasil e a FAO sobre o compartilhamento de experiências e boas práticas de tecnologias e políticas públicas em temas relacionados à fome e à pobreza, com outros países do sul global (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2018b).

De acordo com Piacentini (2015), o Brasil apresentou seu maior resultado na redução da desnutrição (82,1% de 2002 a 2014). O esforço do governo em conjunto com a relevante mobilização da sociedade civil organizada⁸, requerendo o desenvolvimento de dispositivos de avaliação e acompanhamento, foram fundamentais tanto no processo de implementação das ações quanto no impacto das políticas na segurança alimentar da população (KEPPLE; CORRÊA, 2008). O resultado dessas políticas se refletiu na saída do Brasil do mapa da fome em 2014, registrando o índice de 3% da população ingerindo menos calorias que o recomendado, sendo que para sair do mapa da fome esse índice deve ser inferior a 5%.

A FAO, responsável pela alimentação e agricultura, trabalha com um indicador denominado “prevalência da subalimentação” a fim de acompanhar e mensurar a fome em escala internacional. Este indicador é uma estimativa do tamanho da população que se encontra em circunstâncias de subnutrição durante o período de referência: 2014 a 2016 (WORLD FOOD PROGRAMME, 2017).

8 “Sociedade civil organizada é um conjunto de organizações voluntárias que reúnem pessoas fora dos marcos do estado e do mercado, podendo ser considerado um Terceiro setor, já que mesmo possuindo vínculos com as esferas estatais e econômicas, não pertence a nenhuma” (COHEN; ARATO apud LIMA, 2009, p.56).

Figura 3 – Mapa da fome (em porcentagem)



Fonte: WORLD FOOD PROGRAMME, 2017.

Contudo, de acordo com o Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável de 2017, o Brasil corre o risco de retornar ao mapa da fome (GRUPO DE TRABAJO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030, 2017, p.12). Essa possibilidade é atribuída a uma combinação de fatores presentes de 2015 a 2017, tais como a elevação do desemprego, o corte de 1,1 milhão de beneficiários do programa Bolsa Família, e a PEC de congelamento dos gastos públicos por 20 anos, o que pode dificultar o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social, agravando o problema da insegurança alimentar (LUPION, 2017).

As crianças, como um grupo vulnerável ao problema da fome, têm a alimentação e nutrição adequadas como requisitos essenciais para seu crescimento e o desenvolvimento, sendo estes um direito humano fundamental, o qual configura a base de condições para uma vida digna (CAVALCANTI; SILVA, Celiane; SILVA, Maria. 2009). Ter uma boa alimentação é a melhor maneira para prevenir e combater doenças, melhorando a qualidade de vida, de acordo com o ODS 3 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2015a, p.18). Deste modo, crianças ou adolescentes com alimentação pouco variada e em quantidade insatisfatória podem desenvolver algu-

mas carências nutricionais, como anemia e desnutrição. Portanto, a função dos alimentos é construir o corpo humano, prover maior resistência às doenças, melhorar a aparência física e conceder energia. Quando essas funções são atendidas, obtém-se maior capacidade para aprender e melhor disposição para estudar e ter uma “Educação de Qualidade” (ODS 4). Uma alimentação saudável contribui para um melhor desempenho escolar e, conseqüentemente, diminui a repetência e os altos índices de evasão, contribuindo também para a manutenção da saúde e formação de bons hábitos alimentares (CAVALCANTI; SILVA, Celiane; SILVA, Maria. 2009, p.1).

Uma estratégia encontrada para solucionar a questão da insuficiência ou inexistência alimentar das crianças no período em que estão nas escolas, e ao mesmo tempo servindo como um incentivo para elas continuarem os estudos, é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido popularmente como a merenda escolar. O programa visa atender, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos de todas as etapas da rede pública, colaborando para a formação de hábitos alimentares saudáveis durante a sua permanência em sala de aula, para o seu crescimento, desenvolvimento e aprimoramento do rendimento escolar (CHAVES *et al*, 2009). O aluno atualmente recebe uma refeição completa diariamente, durante o período em que está matriculado. Entretanto, no início do programa, em 1955, recebia apenas um copo de leite.

Como abordamos, existem várias realidades sociais e a pobreza é multifuncional, por isso, muitas vezes, a merenda escolar é a principal ou até mesmo a única refeição dessas crianças, sendo por esse motivo um compromisso ainda maior para ampliar e melhorar a merenda escolar. Por outro lado, a política de alimentação escolar infelizmente está sujeita a práticas ilícitas, como a suspeita de superfaturamento na compra de merenda escolar no estado de São Paulo, investigado na Operação Alba Branca pelo Ministério Público (SOUZA; MENDONÇA, 2016), que representam desafios para a plena realização do PNAE.

A educação alimentar traz um tipo de conhecimento para as escolas de forma lúdica, através de atividades que façam as crianças participarem do processo e não serem apenas coadjuvantes, despertando mudanças no seu comportamento alimentar. Proporcionar uma alimentação saudável dentro da escola significa aumentar os padrões de saúde, garantir a SAN e ao mesmo tempo desenvolver a cidadania.

Desempenho brasileiro no combate à pobreza, à fome, e as melhorias nos setores da saúde e da educação

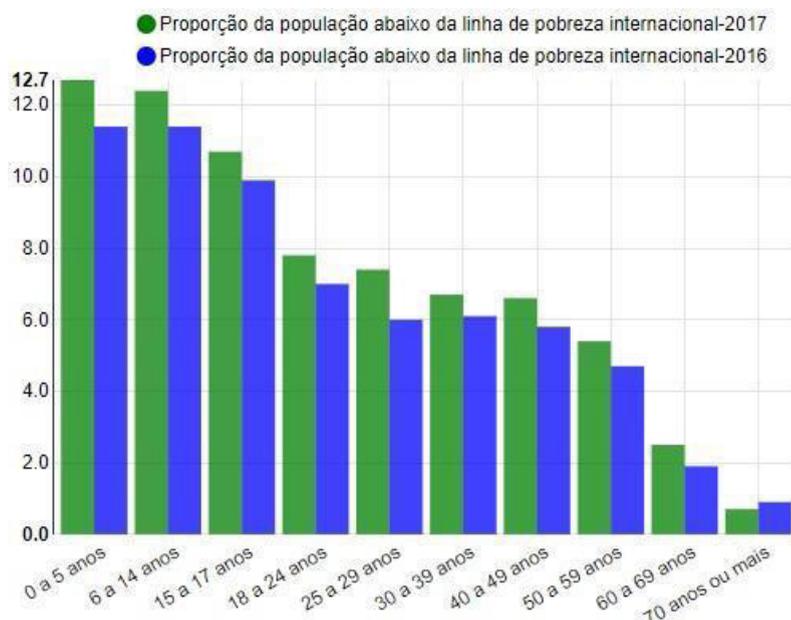
Nesta seção, trataremos com mais detalhes sobre os principais desafios brasileiros para o cumprimento dos ODS 1, 2, 3 e 4 da Agenda 2030. Para tanto, primeiramente será apresentado o perfil do Brasil com base no Índice de Gini, de modo a contextualizar os problemas apresentados. Em seguida, serão analisados dados referentes à proporção da população brasileira que vive abaixo da linha da pobreza, de domicílios que apresentam classificação de insegurança alimentar, aos hábitos alimentares dos brasileiros, à frequência escolar infantil e ao desperdício de alimentos. Também será realizada uma comparação entre as taxas de pobreza e educação em tempo integral antes e após a instituição do programa Brasil sem Miséria, e serão abordados os feitos governamentais a partir deste programa na área da saúde. Posteriormente, trataremos sobre a Ação Brasil Carinhoso e como esta política atua em prol da educação, da alimentação, da elevação da renda e da saúde de crianças de até seis anos de idade. Por fim, será abordada a problemática da obesidade infantil, que vem aumentando na contramão dos programas públicos brasileiros devido a um consumo cada vez maior de alimentos de baixa qualidade nutricional.

Grande parte dos problemas do Brasil podem ser associados à profunda desigualdade social que permeia o país. O Índice de Gini é um indicador que determina o grau de concentração de renda nos países. Sua pontuação varia entre zero e um, de forma que quanto mais próximo de um, mais desigual é a distribuição de renda em um país (WOLFFENBÜTTEL, 2004). O Brasil apresentou uma pontuação de 0,549 em 2017 (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018). Naquele ano, “os 10% da população com os maiores rendimentos detinham 43,3% da massa de rendimentos do país, enquanto a parcela dos 10% com os menores rendimentos detinha 0,7% desta massa” (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

Com relação ao primeiro ODS, voltado para a erradicação da pobreza, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que a proporção da população brasileira que vivia abaixo da linha de pobreza em 2017, isto é, com menos de U\$ 1,90 por dia, é maior entre crianças e adolescentes de zero a 17 anos (média de 11,9%), e menor entre adultos e idosos de 18 a 70 anos ou mais

(variação percentual entre 0,7% e 7,8%). Percebe-se que a proporção da população abaixo da linha da pobreza diminui quanto mais velho for o indivíduo, ou seja, há mais crianças abaixo da linha da pobreza do que idosos. Comparando os dados de 2016 e 2017, observa-se que houve um aumento na quantidade de indivíduos vivendo desta maneira em todas as faixas etárias, exceto entre aqueles com 70 anos ou mais, cujos dados registram uma diminuição na proporção em 2017. Além disso, há uma proporção similar entre homens e mulheres vivendo abaixo da linha da pobreza (7,4% e 7,3%, respectivamente, em 2017) e a situação é mais delicada na área rural do que na área urbana (19,1% e 5,4% respectivamente, em 2017) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018b), como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional por localização geográfica no Brasil, de 2016 a 2017 (urbano/rural) (em porcentagem)



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018b.

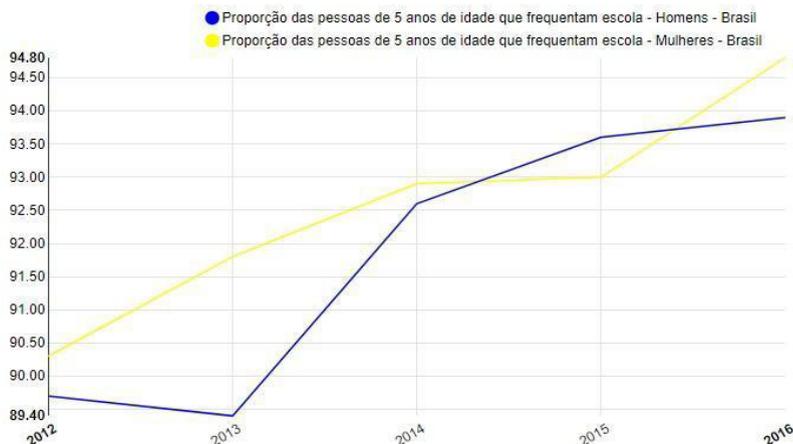
Quanto à erradicação da fome, objeto do ODS 2, é importante observar os dados relativos à proporção de domicílios que apresentam insegurança alimentar moderada ou grave. De acordo com

a Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES, na sigla em inglês), há cinco variações a serem consideradas, sendo elas: segurança alimentar, insegurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave. Em 2013, 79,5% dos domicílios particulares urbanos no Brasil apresentavam situação de segurança alimentar, percentual que cai para 64,8% entre os domicílios particulares rurais. Em todos os tipos de insegurança alimentar houve prevalência dos domicílios da área rural, 35,3%, sendo que a maior parte deles apresentou insegurança alimentar leve (21,4%) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013a).

No que diz respeito ao terceiro ODS, que visa assegurar a saúde e o bem-estar, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) engloba percepções de 81 mil domicílios do Brasil a respeito do consumo alimentar, estado de saúde física e mental, doenças crônicas, uso de álcool e tabagismo (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). No que concerne o presente estudo, a PNS de 2013 do IBGE realizou uma investigação sobre os hábitos alimentares de acordo com duas classificações: alimentação saudável e não saudável. Na PNS, uma alimentação saudável se baseia no consumo recomendado de frutas, verduras, legumes e no consumo regular de feijão. Já uma alimentação não saudável é baseada no consumo regular de refrigerantes, leite integral e carnes com excesso de gordura. De acordo com a pesquisa, quanto mais elevado é o nível de escolaridade e o grupo de idade, melhor tende a ser o hábito de consumo alimentar dos indivíduos. Nesse sentido, entre as pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto, 33% delas consumiam o nível recomendado de frutas e hortaliças e 40% consumiam carne com excesso de gordura. Já entre as pessoas com nível superior completo, os percentuais foram de 45,9% e 26,7%, respectivamente (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013b, p.28).

Com relação à educação, foco do quarto ODS, ao avaliarmos a proporção de crianças de cinco anos que frequentam a escola segundo o IBGE (2012-2016), observa-se uma maior proporção de meninas, 94,8%, do que de meninos, 93,90%, conforme o gráfico 2. Nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, a proporção de meninas na escola é superior à de meninos, dado que se inverte na região Sul, onde a proporção de meninos é 1,1% maior do que a de meninas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018a).

Gráfico 2 – *Proporção das pessoas de 5 anos de idade que frequentam a escola por sexo no Brasil, de 2012 a 2016 (feminino/masculino) (em porcentagem)*



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018a.

Igualmente relevante para a compreensão do problema da fome é o desperdício de alimentos. Segundo o relatório “Desperdício e Perda de Alimentos na América Latina e no Caribe” (tradução nossa)⁹ produzido pela FAO em 2014, a perda e o desperdício de alimentos afetam a sustentabilidade dos sistemas alimentares, reduzem a disponibilidade de alimentos em nível tanto regional como global, ocasionam perda de renda dos produtores, elevam os preços dos produtos para os consumidores e prejudicam sua saúde e estado nutricional. A América Latina e o Caribe são responsáveis por 6% das perdas alimentares globais. A cada ano, a região perde ou desperdiça 15% dos produtos alimentares disponíveis (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2014, p.2).

O desperdício na região é distribuído da seguinte maneira: Os consumidores desperdiçam 28% dos produtos que adquirem, os produtores perdem 28% do que cultivam, outros 22% dos alimentos são desperdiçados e perdidos durante o manuseio e o armazenamento, 17% durante o marketing e a distribuição, e os 6% restantes são desperdiçados durante o processamento. Dessa forma, somente os alimentos desperdiçados pelo varejo na América Latina

9 Food Losses and Waste in Latin America and the Caribbean.

e no Caribe são suficientes para satisfazer as necessidades nutricionais de mais de 30 milhões de pessoas, isto é, 64% da população que passa fome na região. No Brasil, o desperdício de alimentos no varejo é mais do que o necessário para alimentar todas as pessoas que ainda passam fome no país (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2014, p.2-4).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (2014), a estratégia para redução da perda e do desperdício de alimentos deve ser construída sobre três pilares centrais, sendo eles: I) Tecnologia, inovação e treinamento na coleta de dados, implementação de melhores práticas, investimento em infraestrutura e capital para melhorar a eficiência dos sistemas alimentares; II) Governança para o estabelecimento de marcos regulatórios, incentivos ao investimento e alianças estratégicas; e III) Informação e comunicação por meio de campanhas de sensibilização visando todos os atores da cadeia alimentar como parte da iniciativa global “SAVE FOOD” (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2014, p.7). Esta iniciativa busca formar uma rede nacional de especialistas que tenham interesse no tema da redução das perdas e desperdício de alimentos, estimular e facilitar o diálogo intersetorial, manter a rede informada e sensibilizar a sociedade, conscientizando-a sobre a importância do tema (INITIATIVE SAVE FOOD BRASIL, 2018).

Outras iniciativas também podem ser apontadas como exemplo das boas práticas brasileiras nesta área. O Banco de Alimentos atua visando minimizar os efeitos da fome e combater o desperdício alimentício, permitindo que mais pessoas tenham acesso a alimentos básicos, de boa qualidade e em quantidade suficiente para uma alimentação saudável e equilibrada. Há mais de 40 instituições cadastradas no Banco de Alimentos, atendendo e complementando a alimentação de mais de 20 mil pessoas diariamente. Os alimentos distribuídos pelo Banco são excedentes de comercialização e produção, estando perfeitos para o consumo. Para realizar este trabalho, o Banco identifica doadores de alimentos, realiza uma colheita urbana e leva os alimentos para as instituições, onde são preparados e destinados a comunidades carentes (BANCO DE ALIMENTOS, 2018).

Em 2006, foi instituído o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) pela Lei Orgânica da SAN com o objetivo de proteger e promover o Direito Humano à alimentação adequada. O PNAE e o Programa Bolsa Família são alguns dos

principais programas de proteção universal à alimentação adequada e saudável. O Programa Bolsa Família tem como objetivos: combater a fome e incentivar a SAN, combater a pobreza e a desigualdade, promover o desenvolvimento de famílias pobres e em situação de extrema pobreza, promover o acesso de famílias carentes à rede de serviços públicos (como educação e saúde), e unir os diversos órgãos públicos brasileiros para auxiliar famílias pobres a superarem essa condição (BOLSA FAMÍLIA, 2018).

Na área da saúde, o Bolsa Família apresentou, no segundo semestre de 2017, seu melhor resultado desde 2006 (GRAZIADEI, 2018). Foram registrados os dados de cumprimento de condicionalidade de mais de 8 milhões de famílias, o que representa 77,5% das crianças menores de sete anos e mulheres gestantes beneficiárias do programa. Aproximadamente 5,4 milhões de crianças acompanhadas pelo programa estavam com o cartão de vacinação em dia e tiveram seus dados nutricionais coletados (GRAZIADEI, 2018). Além disso, mais de 369 mil gestantes fizeram os exames do pré-natal, ou seja, 99,62% do total de gestantes (GRAZIADEI, 2018). As condicionalidades do programa são compromissos assumidos por aqueles que se beneficiam do mesmo, estimulando o acesso das famílias participantes a serviços de saúde. O diretor do Departamento de Condicionalidades (Decon) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Eduardo da Silva Pereira, ressalta a importância dos serviços de saúde prestados, uma vez que as crianças atendidas se transformarão em adultos saudáveis porque tiveram acompanhamento desde o período do pré-natal (GRAZIADEI, 2018).

Acerca do Programa Brasil Sem Miséria, verifica-se que a taxa da extrema pobreza com o Bolsa Família pré-Brasil Sem Miséria, em 2011, era extremamente alta entre crianças e adolescentes (variando de 3 a 11%, aproximadamente), e mais baixa nas fases adulta e idosa (variando de 0,5 a 5%, aproximadamente). Já a taxa de extrema pobreza com o Bolsa Família pós-Brasil Sem Miséria, em 2013, caiu significativamente entre pessoas até 65 anos de idade, variando em torno de 0,5 a 2%. As maiores quedas ocorreram entre crianças e adolescentes, sendo a mais relevante a de mais de 10% para menos de 1%. Já a taxa entre idosos de 65 a 70 anos não apresentou grande diferença, pois manteve-se baixa desde 2011, entre 0 e 2%. Além disso, o Programa também foi importante para a elevação das taxas da educação em tempo integral, de 1,4% em 2010 para 58,3% em 2014 (PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, 2015, p.11-36).

Quanto à saúde, a partir do Brasil Sem Miséria, foram construídas 690 Unidades Básicas de Saúde em municípios prioritários, isto é, com maior concentração de extrema pobreza e menor cobertura de serviços de saúde. Em relação ao programa “Aqui Tem Farmácia Popular”, 11.844 farmácias foram credenciadas e 262 unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) foram construídas em 1.503 municípios prioritários. Ademais, houve aumento da cobertura das Equipes de Saúde da Família nestes municípios, beneficiando mais de 4,88 milhões de brasileiros (PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, 2015, p.37).

Outra medida do governo brasileiro para combater a miséria no país é a Ação Brasil Carinhoso, voltada para crianças de zero a seis anos, envolvendo aspectos do desenvolvimento infantil relacionados à educação, à renda e à saúde. A respeito da renda, a Ação retirou 8,1 milhões de crianças e adolescentes da extrema pobreza. No que tange à educação, o Brasil Carinhoso estimula os municípios a aumentar a oferta de vagas em creches e aprimorar o atendimento, oferecendo recursos às prefeituras por cada vaga ocupada por uma criança do Bolsa Família. Entre as crianças de zero a quatro anos deste Programa, 19,7% delas estão na educação infantil e 636,7 mil se encontram matriculadas em mais de 37 mil creches (PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, 2015, p.39-40).

Já no que diz respeito à saúde, a Ação Brasil Carinhoso busca prevenir e tratar os males mais prejudiciais ao desenvolvimento durante a primeira infância. Nesse intento, a Ação expandiu a distribuição de megadoses de vitamina A, atendendo a 9,1 milhões de crianças entre seis meses e cinco anos (aproximadamente) de idade entre 2012 e 2014; e de Sulfato Ferroso, atendendo a 402 mil crianças em 2013 através da distribuição de 1,2 milhões de frascos em 1.595 municípios. Além disso, a Estratégia “NutriSUS” de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó atingiu 6.864 creches na sua primeira fase de implementação, em 2014, contemplando 330,4 mil crianças nas creches de 1.717 municípios (PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, 2015, p.39-41).

Em 2017, o PNAE completou 62 anos de atividade com um reajuste das verbas do governo federal destinadas a estados e municípios de todo o Brasil. Assim, o investimento no Programa naquele ano chegou a R\$ 4,15 bilhões. O PNAE oferece mais de 50 milhões de refeições diariamente e, além da distribuição de alimentos, também visa ensinar aos estudantes sobre alimentação e nutrição.

Outra questão importante acerca do Programa foi a aprovação da Lei nº11.947, em 2009, que definiu que 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na área do PNAE devem ser direcionados à compra de alimentos provenientes da agricultura familiar. Uma vez que uma boa parte dos recursos permanece no próprio município, a economia e o desenvolvimento local são promovidos (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2017).

Contudo, apesar das políticas públicas voltadas para a qualidade da alimentação infantil, a obesidade infantil é um dos problemas de saúde que pode ser causado por maus hábitos alimentares e se torna uma realidade cada vez mais preocupante no Brasil. Segundo estudos da Federação Mundial de Obesidade, se não houver mudanças de hábitos alimentares até o ano de 2025, a doença pode atingir 11,3 milhões de crianças brasileiras (GUIMARÃES, 2017). As autoras Amanda Cavalcanti, Celiane Silva e Maria Silva (2009, p.1) abordam esse problema relacionando-o ao aumento do consumo de açúcares em geral e gorduras, vendidos inclusive nas cantinas escolares ou em lanchonetes próximas às escolas.

Segundo o relatório “Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional” (tradução nossa)¹⁰ na América Latina e no Caribe, produzido pela FAO e pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em 2016, mais da metade dos brasileiros apresentam sobrepeso. Estima-se que 7,3% das crianças menores de cinco anos de idade sofram com este problema, sendo as meninas as mais afetadas, com um percentual de 7,7% (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2017). Entre os aspectos que explicam o aumento de sobrepeso entre os brasileiros, estão: o crescimento econômico, a urbanização e a consequente mudança nos padrões de consumo. Várias famílias têm deixado de ingerir pratos tradicionais e elevado o consumo de alimentos ultraprocessados e de baixa qualidade nutricional. Assim, o país adotou iniciativas que visam fomentar a agricultura, a alimentação, a nutrição e a saúde. Entre elas, estão o PNAE e o programa Academia da Saúde, que utiliza o PSE como principal estratégia para impulsionar o aumento da prática de atividade física no ambiente escolar. Ademais, a campanha “Brasil Saudável e Sustentável” objetiva sensibilizar e alertar a população sobre os benefícios da alimentação saudável (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2017).

10 Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional.

Considerações Finais

A Agenda 2030 constitui um marco global ao reunir os principais problemas comuns à maior parte dos Estados, a fim de obter mudanças significativas rumo ao desenvolvimento sustentável, com um planeta melhor e mais seguro para todos. A forma como cada um implementa os ODS é diferente, portanto, cada Estado precisa alcançar os indicadores de acordo com as suas necessidades, para a concretização de suas metas até o ano de 2030.

No caso do Brasil, tivemos importantes feitos a respeito dos quatro primeiros ODS. Estes são pautados em políticas que ajudam a reduzir a pobreza e a fome, levando saúde para dentro das salas de aula. Como destacado, é interessante buscar meios que alcancem vários fins, em função da intersecção entre os ODS. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma importante ferramenta, criada pelo governo, que ajuda milhões de estudantes de escolas públicas a se alimentarem todos os dias durante o período escolar e ao mesmo tempo promove hábitos alimentares mais saudáveis. Constatamos que há um equilíbrio entre a proporção de meninas e meninos até cinco anos de idade que frequentam a escola. No entanto, há indícios de corrupção e desvios das verbas para a merenda escolar e isso prejudica como um todo o processo de proporcionar melhores condições educacionais para as crianças e adolescentes.

Ao longo de nossa pesquisa, alcançamos importantes conclusões a respeito da questão da pobreza no Brasil. Em primeiro, observamos que a população vivendo abaixo da linha da pobreza diminui na medida em que o indivíduo envelhece. Em segundo, não há grande diferença entre homens e mulheres vivendo abaixo da linha da pobreza. E em terceiro, identificamos que há mais pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza no meio rural do que no meio urbano. Já no que diz respeito à alimentação, verificamos que a maior parte das famílias que vivem em segurança alimentar se encontram na área urbana. Ademais, confirmamos que, quanto maior é o nível de escolaridade, mais saudável é a alimentação do indivíduo.

Neste contexto, um dos grandes desafios da América Latina e Caribe é diminuir o número do desperdício de alimentos. A nível nacional, somente o desperdício dos mercados seria suficiente para alimentar as pessoas que passam fome no país, reduzindo dessa forma as doenças causadas pela fome, como a desnutrição. Outro obstáculo relacionado à alimentação é a obesidade infantil,

que se não for freada, atingirá 11,3 milhões de crianças no Brasil até 2025. Este problema pode ser causado pelo sedentarismo e por maus hábitos alimentares. A esse respeito, verificou-se que, entre as crianças brasileiras menores de cinco anos, as meninas são as mais afetadas pelo sobrepeso. Assim, tanto a desnutrição como a obesidade infantil precisam ser superados para atingir uma educação de qualidade, saúde e bem-estar.

Podemos ver que há muitos planos e programas no Brasil para promover uma qualidade de vida relacionada à erradicação da pobreza, combate à fome, educação de qualidade e proporcionar saúde e bem-estar a todos. Entre eles, podemos destacar o Programa Bolsa Família; o Programa Fome Zero; o Programa Brasil sem Miséria (sendo este último a evolução dos primeiros), o qual diminuiu a taxa de pobreza extrema em todas as faixas etárias e elevou significativamente a quantidade de alunos estudando em tempo integral; a Ação Brasil Carinhoso e o Programa Saúde na Escola (PSE).

Agora, é fundamental refletir sobre como podemos manter a eficiência desses programas e aprimorar as políticas públicas brasileiras frente a um cenário de fragilização das instituições públicas, a uma economia desaquecida e a uma emenda constitucional dos gastos públicos. Conclui-se que não é preciso investir em novas políticas públicas, e sim melhorá-las e ampliá-las, pois, se o fizermos, teremos maiores chances de alcançar amplamente os quatro primeiros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até o ano de 2030.

Referências

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Continua: 10% da população concentravam quase metade da massa de rendimentos do país em 2017. **IBGE**, 11 abr. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017>>. Acesso em: 25 set. 2018.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução: 42/187. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente Desenvolvimento. “**Nosso futuro Comum**”. 1987. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm/>>. Acesso em: 20 maio 2018.

BANCO DE ALIMENTOS. **Banco de Alimentos**. 2018. Disponível em: <<https://www.bancodealimentos.org.br/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

BOLSA FAMÍLIA. **Bolsa Família**. 2018. Disponível em: <<http://bolsa-familia.info/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

BUSS, Paulo Marchiori; GALVÃO, Luíz Augusto. O Brasil no âmbito da cooperação global em saúde. In: SCHMITZ, Guilherme de Oliveira; ROCHA, Rafael Assumpção (Orgs.). **Brasil e o Sistema das Nações Unidas, desafios e oportunidades na governança global**. Brasília: Ipea, p.348-349. 2017.

CAISAN. **O plano Brasil sem miséria na política de segurança alimentar e nutricional**. 15 ago. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2xrnXdJ>>. Acesso em: 29 maio 2018.

CAVALCANTI, Amanda da Fonseca; SILVA, Celiane Gomes Maia da; SILVA, Maria Zênia Tavares da. **Merenda escolar: Uma questão de saúde e cidadania**. 2009. Disponível em: <<http://www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/R0077-1.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018.

CHAVES, Lorena Gonçalves; MENDES, Paula Nascente Rocha; BRITO, Rafaela Ribeiro de; BOTELHO, Raquel Braz Assunção. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 6, p.857-866, nov./dez., 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13944/1/ARTIGO_ProgramaNacionalAlimentacao.pdf>. Acesso em: 25 maio 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Ajudar a eliminar a fome, a insegurança alimentar e a malnutrição**. Portugal, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/portugal/acerca-de/en/>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. Roma, 13-17 nov. 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.HTM>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Food Losses and Waste in Latin America and the Caribbean**. Jul. 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i3942e.pdf/>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Referência mundial, o Programa Nacional de Alimentação Escolar completa 62 anos de conquistas**. 31 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/10950-refer%C3%AAncia-mundial,-o-programa-nacional-de-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-completa-62-anos-de-conquistas>>. Acesso em: 26 maio 2018.

GRAZIADEI, Carolina. Bolsa Família registra melhor resultado no acompanhamento da condicionalidade saúde. **MDS**, 12 mar. 2018. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/marco/bolsa-familia-registra-melhor-resultado-no-acompanhamento-da-condicionalidade-saude>>. Acesso em: 26 maio 2018.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030. **Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**. 2017. Disponível em: <http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1499785232Relatorio_sintese_v2_23jun.pdf>. Acesso em: 24 out. 2018.

GUIMARÃES, Keila. O Brasil terá 11,3 milhões de crianças obesas em 2025, estima organização. **BBC**, Brasil, 11 out. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/geral-41588686>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

INITIATIVE SAVE FOOD BRASIL. **Save Food Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://www.savefoodbrasil.org/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Objetivo 4 – Educação de Qualidade**. 2018a. Disponível em: <<https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo4/indicador422>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Objetivo 1 – Eradicação da Pobreza**. 2018b. Disponível em: <<https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo1/indicador111>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Objetivo 2 – Fome zero e agricultura sustentável**. 2013a. Disponível em: <<https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo2/indicador212>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde. Indicadores de Saúde e Mercado de Trabalho**. 2013b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97329.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

KEPPLE, Anne Walleser. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Um retrato multidimensional. ago. 2014. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/334.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

KEPPLE, Anne Walleser; CORRÊA, Ana Maria Segall. **Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 13 jan. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2011.v16n1/187-199>>. Acesso em: 25 maio 2018.

LIMA, Rodrigo Torres de Araújo. **A participação da sociedade civil organizada na formulação da política externa brasileira: As conferências sociais da ONU da década de 1990**. Dissertação. Universidade de Brasília. Brasília, 2009. p.56. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8950/1/2009_RodrigoTorresdeAra%C3%BAjoLima.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2018.

LUPION, Bruno. Como o Brasil saiu do Mapa da Fome. E por que ele pode voltar. **NEXO**, 23 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expreso/2017/07/23/Como-o-Brasil-saiu-do-Mapa-da-Fome.-E-por-que-ele-pode-voltar>>. Acesso em: 15 set. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **PNS**. 2018. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/dados-e-indicadores-da-saude>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

MOTA, Rodrigo dos Santos; ZANELLA, Matheus Alves. A Arena global da segurança alimentar e nutricional: Iniciativas políticas, arquitetura institucional e o Brasil na nova agenda de desenvolvimento sustentável. In: SCHMITZ, Guilherme de Oliveira; ROCHA, Rafael Assumpção (Orgs.). **Brasil e o sistema das Nações Unidas. Desafios e oportunidades na governança global**. Brasília: Ipea, p. 282. 2017.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO NO BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2018. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **A ONU e o meio ambiente**, 2018a. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>>. Acesso em: 20 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Aumentam sobrepeso e obesidade no Brasil, aponta relatório de FAO e OPAS**. 25 jan. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/aumentam-sobrepeso-e-obesidade-no-brasil-aponta-relatorio-de-fao-e-opas/>>. Acesso em: 26 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Brasil e FAO reforçam cooperação internacional para combate à fome e à pobreza**. 26 out. 2018b. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-e-fao-reforcam-cooperacao-internacional-para-combate-a-fome-e-a-pobreza/>>. Acesso em: 04 out. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015b. Disponível: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. ONU, 13 out. 2015a. Disponível: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2018.

PIACENTINI, Patrícia. **A fome no mundo - Apesar do avanço na produção de alimentos, 795 milhões de pessoas ainda passam fome segundo a ONU**. 2015. Disponível em: <<http://pre.univesp.br/a-fome-no-mundo#.Ww9QBe4v-zIU>>. Acesso em: 30 maio 2018

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA. Caderno de Resultados 2011 | 2014. **MDS**. jan. 2015. p.11-41. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cadernodegraficosbsm-35anos.pdf>. Acesso em: 26 maio 2018.

RIZZO, Erika. Fome no mundo: Causas e consequências. **Politize!** 06 set. 2017. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/fome-no-mundo-causas-e-consequencias/>>. Acesso em: 25 maio 2018.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 35. 1999.

SOUZA, Felipe; MENDONÇA, Renata. “Mas você já viu CPI dar em alguma coisa?”, diz presidente da Alesp, investigado em “máfia da merenda”. **BBC Brasil**, 5 maio 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160504_capez_estudantes_fs_rm>. Acesso em: 21 out. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 11 fev. 2016. pp.1,2,15. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2018.

VASCONCELOS, Lia. Sociedade - As dimensões da pobreza. **IPEA**. Brasília, Ano 4. ed.30. 11 jan. 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1132:reportagens-materias&Itemid=39>. Acesso em: 25 mai. 2018.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? - Índice de Gini. **IPEA**, 1 nov. 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 01 jul. 2018.

WORLD FOOD PROGRAMME. **Hunger Map**. 2017. Disponível em: <<https://www.wfp.org/content/2017-hunger-map>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

Recebido em: 13.11. 2018

Aprovado em: 26.11.2018